

FH pede aprovação de subteto ao Congresso

Roberto Castro/AE



Com Antônio Carlos e as baianas: "O Brasil do susto, do arito, da surpresa, é um Brasil morto"

Presidente reforça críticas à oposição e insiste que sem a reforma administrativa "não há solução"

CLÁUDIA CARNEIRO
Enviada especial

CAMAÇARI — O presidente Fernando Henrique Cardoso reforçou ontem, o apelo ao Congresso pela aprovação da reforma administrativa, com a inclusão do subteto salarial, e novas críticas à oposição, cujos protestos o presidente chamou de "vozes do atraso e das cavernas".

Apesar de classificar como "preocupante" os baixos salários pagos a policiais nos Estados, o presidente avisou ontem, em Salvador, que o governo federal não repassará verbas para o reajuste da remuneração da categoria.

Ele lamentou o fato de os governadores não poderem contar com o recurso do subteto salarial. "Se contassem com o subteto", afirmou Fernando Henrique, "os governadores teriam meios de limitar os altos salários e pagar melhor quem ganha menos".

Fernando Henrique classificou como "erradíssima" a decisão da Câmara de rejeitar a criação do subteto salarial para servidores de Estados e municípios, incluída na reforma administrativa e derrubada na votação do primeiro turno. Se a medida for reinserida na proposta, no segundo turno, como defende o presidente, permitirá a governadores pagar salários menores do que o teto estabelecido para o funcionalismo federal, de R\$ 12,7 mil.

Na avaliação do presidente, ao derrubarem o subteto, os deputados "atrapalharam o Brasil e a possibilidade de se pagar melhores salários para quem precisa".

Limites — Com o subteto, argumentou o presidente, governadores e prefeitos poderiam estabelecer limites de remuneração para o funcionalismo inferiores ao previsto em nível federal. "É por isso que insisto tanto, sem a reforma administrativa não há condição."

Depois de se reunir na noite de quinta-feira com oito governadores, o presidente reafirmou ontem que os Estados devem ter "mais autonomia" para reestruturar as Polícias Militar e Civil — o que significa retirar da Constituição os dispositivos que tratam da organização da segurança pública.

Para coordenar esse trabalho, o governo pretende criar o Departamento Nacional de Segurança Pública, no âmbito do Ministério da Justiça. O presidente negou que haja estudos para a extinção da PM.

Fernando Henrique, que esteve em Salvador para o lançamento da pedra fundamental da fábrica Ásia Motors, disse que espera receber, na segunda-feira, as respostas dos governadores sobre as propostas levadas pelo ministro da Justiça, Íris Rezende.

Contrários — Um grupo de 60 manifestantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) protestou contra o governo, com palavras de ordem como "arroz, feijão, saúde, educação", e conseguiu a atenção de Fernando Henrique, que iniciou o discurso criticando a oposição.

"Peço a todos os brasileiros que fiquem silenciosos para nos recordarmos das vozes do atraso, das vozes da caverna, para que nos lembremos como foi um passado triste", provocou. "O Brasil do susto, do grito, da surpresa, é um Brasil morto, tão morto quanto os que ainda falam gritando, repito, como no tempo das cavernas."

Quem se incomodou com as vaias foi o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA): "Em 12 milhões de baianos, menos de 50 são inconfundidos com o sucesso do Brasil", rebateu, no palanque.

■ As íntegras dos discursos do presidente estão nas páginas R2 e R4 do caderno de Classificados